

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO DAS JUVENTUDES INFLUENCIADOS PELO AMBIENTE ESCOLAR

Vanessa Alves da Silva ¹
Maria Cristina de Queiroz Barbosa ²

RESUMO

Por muitos anos a juventude foi retratada socialmente e historicamente como uma fase da vida caracterizada por uma instabilidade associada a determinados comportamentos, porém observar esse grupo através da contemporaneidade nos permite identificar que o termo no singular limita a compreensão das inúmeras formas de expressões culturais e sociais que compõe as juventudes. Assim, o objetivo do artigo é realizar uma reflexão acerca dos processos de socialização das juventudes influenciados pelo ambiente escolar e também dialogamos acerca da importância da organização dos grupos sociais na construção e compreensão do currículo como discurso. O lócus do artigo são as ocupações ocorridas nos anos de 2015 e 2016 no Estado de São Paulo; nosso referencial teórico foi orientado com teóricos tanto da área de Educação (Paulo Freire, Elizabeth Macedo, Alice Casimiro Lopes, entre outros) como da área de Ciências Sociais (Bhaum, Berger, Dayrell, Carrano, entre outros). A parceria entre os jovens na defesa da escola, transformou todos os jovens em protagonistas, através do reconhecimento e desempenho dos seus papéis sociais. Os estudantes das ocupações reeditaram suas experiências na instituição escolar.

Palavras-chave: Juventudes, Ocupações, Currículo, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a juventude foi retratada socialmente e historicamente como uma fase de vida apontada por uma instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, como o jovem problema, transgressor que abusa de álcool e drogas, gravidez, vida escolar, entre outros (Spósito (1997); Carrano e Dayrell (2014) Groppo (2016).

Não por acaso, parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á então como uma sociologia do desvio: jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo. Se as formas do desvio variam, em função de níveis distintos de estratificação social e cultural, o desvio enquanto tal, ainda que não sempre em suas modalidades extremas, é inerente à experiência juvenil, (CARRANO,2009, p.18)

Observamos que essa maneira negativa de descrever os jovens produziu a necessidade de temas ligados a juventude, principalmente relacionados às dificuldades de inserção e

¹ Mestre em Educação Contemporânea e Pedagoga pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, vanessaalvessilva951@gmail.com;

² Mestranda em Educação, Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação (PPGE) Universidade Federal Fluminense- UFF. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco -UFPE. cristinaqueiroz21@gmail.com

integração social, marcada pela crise do emprego, o aumento do desemprego, escolarização precária, a inserção na universidade, toda extensão dos fenômenos sociais relacionados aos jovens.

A juventude contemporânea tem a possibilidade de realizar suas escolhas tanto no meio escolar quanto no meio social; essas escolhas deixaram de ser realizadas tomando a família como exemplo a ser seguido em consequência das múltiplas oportunidades de relacionamentos que vivenciam. Logo, as instituições também deixaram de ter a importância que se tinha para gerações anteriores. Suas escolhas e construção de valores deixaram de serem heranças exclusivas da família e da escola.

a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua torna-se cada vez mais incerta.”. (MELUCCI,1997, p.9)

Os jovens criam seus espaços de socialização que se tornam territórios culturalmente expressivos e nos quais criam diferentes identidades. Diante da sociedade atual os sujeitos têm a opção de escolher com quem querem se assemelhar diante dos padrões culturais já existentes, diante disso entende-se que a identidade é mais uma opção de escolha do que de imposição.

O jovem apresenta características que o capacitam a fazer escolhas e a tomar decisões sobre suas aspirações e seu projeto de vida. Porém, de certa forma, o jovem contemporâneo vive um paradoxo: por um lado, há uma padronização excessiva de gostos e de atitudes e, por outro lado, a condição de jovem que o define como alguém que possui uma grande plasticidade. (SOUSA e SOUSA, 2006, p. 04)

As ocupações romperam com a “a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo” (LOPES e MACEDO, 2011, p.19) e mostraram que re-organização do ambiente escolar diz respeito também de currículo. Seria algo arcaico pensar no currículo ainda como sendo o currículo escrito, pensar currículo é pensar toda a organização escolar, desde o seu espaço, seus horários, a organização da sala, a forma fiscalizar os horários recreativos; também não estamos nos referindo ao currículo oculto, estamos afirmando que tudo é currículo.

Assim, o lócus do artigo são as ocupações ocorridas nos anos de 2015 e 2016 no Estado de São Paulo; os estudantes lutaram por um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por outros documentos nacionais que garantem e norteiam o ensino médio, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino

Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que não foram respeitados pelo governo do Geraldo Alckmin no respectivo estado. As ocupações não surgiram de uma simples vontade dos jovens, mas sim, de suas mobilizações através de ações nas redes sociais e tentativas de uma conversa com a secretaria de educação que não os deu a menor atenção.

As ocupações foram um acontecimento real encabeçado por jovens que são por inúmeras vezes tratados como irresponsáveis ou desinteressados. Estes mesmos foram à luta pelos seus direitos, pois sem educação, educação de qualidade, é pouco provável terem oportunidades de uma vida melhor.

Logo, o objetivo do artigo é realizar uma reflexão acerca dos processos de socialização influenciados pelo ambiente escolar e destacamos a importância da organização dos grupos sociais na construção e compreensão do currículo como discurso. E nosso referencial teórico foi orientado com teóricos tanto da área de Educação (Paulo Freire (2020), Elizabeth Macedo e Alice Casimiro Lopes (2011), entre outros) como da área de Ciências Sociais (Bhaum (2007), Berger (1999), Dayrell (2007), Carrano (2009), entre outros).

METODOLOGIA

Nossa discussão teórica foi estruturada via revisão bibliográfica. Caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa, fazendo uso de Godoy (1995, p.21) “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Nosso corpo teórico dialoga tanto com autores da área da Educação quanto com autores da área de Ciências Sociais, através dessa articulação evidenciamos o pensamento de Boni e Quaresma (2005, p.70), “as pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existem muitas relações entre a Juventude e a escola, as mesmas são reflexos da construção política, histórica, social e cultural que vem se desenvolvendo entre o sujeito, os grupos sociais, família com a escola. A escola longe de ser um local que tem como objetivo (seguindo o pensamento neoliberal) formar para o mercado de trabalho, ela também desempenha um papel importante durante toda a vida e constituição dos sujeitos.

Podemos identificar infinitas razões para que o sujeito ingresse na escola; ainda quando pequeno quando a família o direciona para o ambiente escolar ou quando adulto que ao sentir necessidade de uma formação volta ou inicia sua relação com os processos formativos e educativos formais no ambiente escolar.

Dialogar a respeito da socialização de crianças de origem popular que vivem em discrepância econômica, social e cultural comparada às crianças de classe média, nos permite fazer inferência ao processo de socialização primária ao qual Berger e Luckmann (1999) evidenciam “a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral (p.172)”.

De modo que a criança que pertence a classe média enxerga na escola um meio entre tantos outros disponíveis para perpetuar o capital econômico, social e cultural familiar; enquanto que a criança de origem popular ao conviver com pais com grau de pouca instrução, pode projetar na escola um meio para se deslocar de determinada situação econômica, buscando uma mobilidade social. O sujeito ao iniciar sua formação escolar também inicia a socialização secundária exigindo

[...] a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Ao mesmo tempo, são também adquiridas “compreensões tácitas”, avaliações e colorações afetivas desses campos semânticos. Os “submundos” interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o “mundo básico” adquirido na socialização primária. (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 179)

Com isso, evidenciamos o quão errôneo é afirmar que todos os sujeitos têm relações próximas ou iguais com o ambiente escolar, afinal somos diferentes como pessoas e a constituição familiar (econômica, cultural) também exerce forte influência nas relações que construímos entre sujeitos e a escola.

Logo, podemos deduzir que a relação entre um estudante de classe média com a escola não seja a mesma do estudante da classe trabalhadora que ao sofrer com a falta de alimento em casa, a escola passa a desempenhar um papel primordial como garantia de alguma refeição, sendo muitas vezes a única refeição que vai realizar ao longo do dia. Situação que dificilmente vai acontecer com estudantes da classe média, tendo em vista que possuem condições econômicas e capital cultural e social que o impulsiona e dá sentido para sua inserção e permanência na escola.

Quando dialogamos acerca de sentidos, temos a sensação de estarmos construindo um pensamento líquido (BAUMAN, 2007), que ao ser ancorado para ser compreendido por diversos sentimentos se define de forma polissêmica. Portanto, compreendemos os sentidos

pela ótica de Berger & Luckmann (2012, p.25) como sendo uma forma complexa da expressão da consciência, “o agir do indivíduo é moldado pelo sentido objetivo, colocado à disposição pelos acervos sociais do conhecimento”, ou seja, os sentidos se constituem na consciência humana, ele (o sentido) se individualiza em um corpo e se torna pessoa por meio de processos sociais.

Estamos voltando nosso olhar para as diferentes realidades que inicialmente as crianças em tenra idade levam para escola. Além de carregar seus cadernos, lápis e livros elas também carregam uma bagagem social, cultural e econômica que influencia nesse processo de socialização escolar e na construção de sentidos que a escola desempenha ao longo do seu processo formativo. Se durante a primeira infância o sentido de frequentar a escola envolve a relação entre se manter nutrido e vivo, na juventude encontramos possíveis crises de sentidos e um forte sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar.

Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. (DAYRELL, 2007, p.1106)

O jovem ao qual nos referimos ao longo do artigo, antes foi criança, criança que desde cedo constrói diferentes relações e estabelece diferentes sentidos para a instituição e ambiente escolar. Sentidos que perpassam desde a segurança que o local escolar garante de uma refeição diária, pelos diferentes sentidos que os locais escolares representam na sociabilidade, de identificação entre seus pares seja durante as aulas, na hora do recreio/ou intervalo, na chegada da escola enquanto espera a aula começar, ou até percurso que muitos podem realizar juntos (da moradia até a escola) como uma forma de proteção a depender do local de moradia.

Mas por que nos remetemos ao aspecto infantil se nosso objetivo no artigo é dialogar acerca dos jovens? Porque postulamos através de Paulo Freire que os jovens não são tabulas rasas, os jovens antes ou em articulação com o ambiente escolar são influenciados por sua cultura e pelo seu meio

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos a centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. (FREIRE, 2020, p. 118)

Por isso, o ambiente escolar não pode ser considerado o ponto inicial na formação do sujeito, é necessário que o ambiente, bem como todo o corpo docente respeite a formação não escolar de cada sujeito e perceba como eles se organizam, ouvindo e permitindo dá voz aos seus

anseios. Resgatar o respeito a formação e ao movimento de escuta foi algo que conseguimos identificar no movimento das ocupações; mostrando que

Há, portanto, em cada momento, um modelo regulador da educação do qual não podemos nos afastar sem deparar com vivas resistências, que totem as veleidades dos dissidentes. (DURKHEIM, 2016, p.44)

Essa resistência ao modelo regulador na educação passa a ser representado através da organização da sociedade civil, representada pelos jovens que ocuparam as escolas no estado de São Paulo no ano de 2015 com o objetivo de serem ouvidos. O espaço escolar foi re-organizado, pelos jovens onde se tornaram os responsáveis em manter a escola funcionando dentro de um cotidiano adaptado ao que estava sendo vivido. O ambiente que seria para educar com cadeiras, mesas, lousa e professores/as, passou a ser um ambiente de formação política ativa, todos os ocupantes mostraram que estavam unidos em prol da educação pública, uma educação que forma além dos conceitos matemáticos ou ordens gramaticais.

Vamos deixar em evidência o lócus que foi ocupado, as escolas públicas, por estudantes da classe trabalhadora que não se sentiram representados. O principal sentido dessa re-organização do espaço escolar diz respeito à consciência política que a juventude tem. Mesmo a escola pertencendo ao Estado o movimento tinha a consciência que só seriam vistos se ocupassem o espaço que se diz público. Aqui evidenciamos a sensação de invisibilidade que o grupo de estudantes representado pelo movimento denuncia, contradizendo a ideia de que o ambiente escolar seria um ambiente democrático, tristemente o que o movimento de estudantes grita é o contrário: vivenciamos atos nada democráticos.

A ideia de uma relação vertical de poder, em que dominante e dominado são pólos fixos e opostos, pode ser substituída pela concepção de poderes oblíquos, nos quais a definição de um centro depende de uma relação política definida contingencialmente, sem uma prefixação anterior ao próprio processo político e sem assumir qualquer determinação essencial e absoluta (LOPES e MACEDO, 2011, p.237)

Portanto o ambiente escolar foi re-organizado pelos jovens, os mesmos mostraram que mesmo pertencentes à classe trabalhadora alcançaram uma solidariedade de classe reconhecendo de forma recíproca as diferenças relevantes entre os sujeitos da sua classe (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019). E mesmo esse reconhecimento sofrendo influência do meio social e econômico traziam consigo consciência e formação política e carregavam em seu processo de formação articulações econômicas, políticas e culturais que possibilitaram organizar as alimentações, os responsáveis pela comunicação com a mídia, e o desenvolvimento de atividades de cunho político.

A forma como os jovens se organizaram nos ambientes escolares demonstram a consciência de organização curricular, na verdade evidencia também que os mesmos são conscientes de que currículo não se restringe ao que está previamente estabelecido a ser ensinado nas matérias escolares. A construção e efetivação do currículo ocorre em meio a disputas culturais, aqui nos desprendemos da perspectiva de Louis Althusser (1987, 1999). Althusser compreendia a escola enquanto instituição que fazia parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado e por meio da sua estrutura e também do currículo persuadia e realizava a reprodução das classes. Entretanto, no interior dos embates entre as classes, compreendemos que existe o confronto da ideologia da classe dominante lutando para manter-se enquanto tal e das ideologias das classes dominadas, aqui também está ocorrendo o embate entre as culturas, não é apenas um confronto para determinar quem vai dominar e quem vai ser o dominado, é um processo de legitimação cultural

(...) o currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo não é uma parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção do significado (LOPES e MACEDO, 2011, p.93)

Essa disputa de significados da política do currículo, também pode ser considerada como uma disputa pelo processo de significação do que se entende de “sociedade, justiça social, emancipação e transformação social” (LOPES e MACEDO, 2011, p.253).

OS JOVENS COMO CATEGORIA SOCIAL

A entrada na juventude é marcada pelo fim da adolescência e pelas transformações que ocorrem no corpo e no psicológico, vai ser a partir da entrada nessa fase da vida que os jovens irão adquirir responsabilidades pelo fato de estarem desenvolvendo habilidades e competências exigidas pelo mundo adulto.

[...] “adolescência e a juventude são rotuladas como fases de transição para o mundo adulto, de preparação para tal mundo, ou seja, o adolescente e o jovem não é considerado como um ser pleno, mas um projeto, um vir a ser que por sua imaturidade, presumida, precisa ser tutelado.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2015, p.08).

Carrano e Dayrell, 2014 mostram o quanto o jovem como um “vir a ser” é tendencioso, na perspectiva de se enxergar a juventude pelo lado negativo. “O jovem é o que ainda não se chegou a ser. Nega-se assim o presente vivido. Dessa forma, é preciso dizer que o jovem não é

um pré-adulto. Pensar assim é destituí-lo de sua identidade no presente em função da imagem que projetamos para ele no futuro.” (CARRANO e DAYRELL, 2014, p.106).

Em uma perspectiva contemporânea encontramos em Melluci (1997) à reflexão para uma definição simbólica. o autor afirma que “(...) a adolescência³ parece estender-se acima das definições em termos de idade e começa a coincidir com a suspensão de um compromisso estável, com um tipo de aproximação nômade em relação ao tempo, espaço e cultura” (MELLUCI, 1997, p. 9). Sendo, através do pensamento contemporâneo introduz uma mudança que rompe com os aspectos tradicionais fixados passando para uma visão da juventude “sem” marcadores, a quebra nos ritos de passagem, os fatores biológicos e físicos, que até então determinavam de maneira precisa o início e o fim do ciclo juvenil, passam a ser incluídos ao imaginário individual. (Melucci,1997)

De acordo com Dayrell, 2003 além de uma fase de transição, a juventude deve ser observada como um período de construção de possibilidades de se criar identidade. “[...] a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.” (idem,2003, p.158). Por se constituírem através das socializações realizadas em meios sociais diferentes cada jovem irá criar suas identidades. [...] “entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um.” (DAYRELL, 2003, p.158)

As trocas realizadas nas socializações vão permitindo que cada jovem se torne heterogêneo, pois ser jovem vai além de um conceito a ser definido pelo fato de os jovens possuírem semelhanças em seus aspectos.

É preciso distinguir a fase da vida e os sujeitos, ou seja, não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade. Qualquer reflexão supõe pensar a tensão entre a inserção na estrutura social e a fase da vida. (SOUZA, 2004, p.49)

Ao considerarmos que há uma diversidade nos modos de ser jovem pelas diferenças encontradas entre eles classe social, raça, gênero e outros fatores, atualmente se destaca a utilização do termo “juventudes” no plural para que se alcance a pluralidade dos jovens (CASTRO e ABRAMOVAY, 2015). Além de se identificar que o termo juventude era

³ Os termos “juventude” e “adolescência” por muitas vezes são empregados por especialistas com o mesmo sentido, ou seja, como sinônimos.

polissêmico fazendo com que o mesmo não definisse claramente os jovens como pessoas que possuem características da classe social. Esse modo de categorizá-los não conseguia abarcar suas particularidades (OJALA, 2008). E como “a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias.” (UNESCO, 2004, p.25). E a partir dessas constatações que o conceito de juventude passa a ser plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as ocupações as juventudes construíram um currículo mostrando que diferentes contextos sociais possibilitam e agregam questões importantes no processo de construção curricular, evidenciando que políticas públicas e currículo andam de mãos dadas e devem envolver representatividade de classes.

A parceria entre os jovens na defesa da escola, transformou todos os jovens em protagonistas, através do reconhecimento e desempenho dos seus papéis sociais. Os estudantes das ocupações reeditaram suas experiências na instituição escolar. Trazendo à tona que os jovens não apenas estão recebendo as informações que os é transmitida, mas estavam atentos aos seus significados e mostraram o poder que a juventude organizada possui.

Apesar do tamanho do problema, os jovens se reuniram em um sólido grupo para lutar contra o projeto de reorganização. Com conversas, debates, discussões e mobilização nas redes sociais os alunos atingiram pessoas além dos muros das escolas, como artistas, pais dos estudantes e partidos políticos. As diferenças sociais entre eles foram colocadas em segundo plano em prol da manutenção das escolas, possibilitando união e força necessária. Com apoio externo, os jovens estudantes conseguiram impedir o fechamento das escolas e chamar atenção para o projeto neoliberal que estava avançando sobre o sistema educacional de ensino, prejudicando centenas de pessoas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

_____. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. IN: **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1999.

BONI, Valdete; QUARESMA Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, n 1 (3), p. 68-80, janeiro - julho / 2005.

CARRANO, Paulo. **Jovens Universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional**. Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1/ Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009. 276p.; 2v.: il. – (Edvcere; 9) Inclui bibliografia ISBN 978-85-98885-77-3

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. disponível IN : <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 31.05.2021

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: Quem é este aluno que chega à escola. In **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares. (orgs). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.102-132.

DURKHEIM, Émile. Pedagogia e sociologia. In: _____. **Educação e sociologia** 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GROPPO, Luís Antonio. **Sentidos De Juventude Na Sociologia E Nas Políticas Públicas Do Brasil Contemporâneo**. R. Pol. Públ., São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação: **Juventude e Contemporaneidade**. São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf

OJALA, Raisal. **Projetos de Futuro de Jovens Universitários no Distrito Federal**: um estudo de caso. Tese de Doutorado. Orientador: Doutor Carlos Benedito Martins (UnB) 2008.

SOUSA, L. M. de & SOUSA, S. M. G. **Jovens Universitários de Baixa-Renda e a Busca pela Inclusão Social Via Universidade.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006

SPOSITO, Marília Pontes **Estudos sobre juventude em educação.** Revista Brasileira de Educação São Paulo, 1997. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6 Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6

UNESCO, **Políticas públicas de / para / com como juventudes.** - Brasília: UNESCO, 2004. 304p. IS BN: 85-7652-017-6 1. Juventude - Condições Sociais - Brasil 2. Políticas Públicas - Juventude - Brasil 3. Participação Juvenil - Políticas Sociais - Brasil 4. Cultura de Paz - Jovens - Brasil I. UNESCO CDD 305.235. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923>